



A INCORPORAÇÃO DAS DUAS MACROFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO SUL DO BRASIL

Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – Brasil
cje@cfh.ufsc.br

Resumo

No processo de incorporação do Sul do Brasil, a economia brasileira desembocou no surgimento de vários estudos que procuram destacar as semelhanças e as diferenciações geoeconômicas existentes entre os estados sulinos. As interpretações são as mais variadas possíveis. Contudo, podem-se destacar: (a) os princípios da colonização europeia no Sul do Brasil; (b) as semelhanças existentes entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que deram origem a um único complexo econômico; (c) as semelhanças entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que originaram dois padrões de desenvolvimento. Em que pese a importância das contribuições dos autores, cabe destacar que a ocupação das áreas subtropicais do Brasil Meridional submeteu-se à influência de fatores naturais, culturais e econômicos. Assim, este texto tem como objetivo demonstrar que o processo de incorporação do Sul do Brasil resultou da criação de duas grandes macroformações.

Palavras-chave: Incorporação. Formação socioespacial. Brasil Meridional. Geoeconomia.

Abstract

The incorporation process of Southern Brazil to the Brazilian economy, culminated in the emergence of several studies seeking to highlight geo-economic similarities and differences between the southern states. Interpretations are highly diverse. However, it is possible to highlight: a) principles of European colonization in southern Brazil; b) similarities between Santa Catarina and Rio Grande do Sul that originated a single economic complex, c) similarities between Santa Catarina and Rio Grande do Sul provoked two development patterns. Despite the importance from authors contributions, it is noteworthy the occupation of southern subtropical areas, in the south of Brazil, referred to the influence of natural, cultural and economic factors. Thus, this paper aims to demonstrate the incorporation process of southern Brazil resulted from the creation of two major macro-formations.

Key words: Incorporation; Socio-spatial formation, Southern Brazil; Geo-economics.

A ocupação e a gênese das duas macroformações socioespaciais

A ocupação das áreas subtropicais do Brasil Meridional submeteu-se à influência de fatores naturais, culturais e econômicos que, se por um lado, as unificam em seu conjunto, por outro, contribuem para sua diferenciação quanto à ocupação humana. Um dos exemplos é o relevo da região Sul, dominada pelo Planalto Meridional, constituído pelo Planalto Cristalino Atlântico, cuja borda Oriental se estende de São Paulo ao norte de Santa Catarina, a Serra do Mar, e do Planalto Ocidental, cuja borda é a Serra Geral. Em seu conjunto, afigura-se de forma homogênea e unitária; quando visto por estado, no entanto, verificam-se diferenciações. Se no Paraná a Serra do Mar constitui-se como uma muralha coberta de florestas tropicais, não propícia à ocupação humana, em Santa Catarina, a mesma Serra, em sua direção Sul, foi fortemente dissecada pela ação ativa dos rios, perdendo a característica de paredão e rebaixando-se até desaparecer (MONTEIRO, 1963).

Diferentemente da ocupação do Nordeste brasileiro¹, a ocupação das áreas subtropicais por parte da coroa portuguesa só ocorreria de modo concreto a partir de meados do século XVII. Mesmo já havendo a incursão realizada por Martin Afonso no estuário do Prata no século XVI, a primeira corrente de ocupação de fato foi realizada por jesuítas espanhóis, que atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram, em 1626, a primeira redução jesuítica (São Nicolau). “Embora o objetivo dos padres fosse a catequese, trataram também da disciplinação do elemento nativo numa diretriz econômica, desenvolvendo a agricultura, a pecuária e a exploração da madeira” (MAIOR, 1968, p. 17).

Essa ocupação baseava-se em uma diretriz econômica assentada na apropriação da renda de trabalho, pois o gado, a erva-mate, os produtos comerciais e parte da agricultura eram propriedades de Deus (Tupã-baé), que compartilhava essa economia com uma agricultura, propriedade do índio (Abã-baé)². Segundo Vieira (1992), essa estrutura é algo muito próximo de um arcabouço feudal e estaria na gênese das estâncias feudais no continente de São Pedro.

A segunda investida nas terras do Sul do Brasil ocorre em 1631, quando Raposo Tavares e demais bandeirantes destruíram as reduções do Guayra, forçando os padres a ocuparem a parte central do estado do Rio Grande do Sul e fundarem novas missões (VIEIRA, 1992, p. 120)³. A população restante dessas reduções migrou para a outra banda do Uruguai, e o gado dispersou-se para o Sul do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar (base de origem do rebanho da Campanha Gaúcha). O constante sequestro desse gado por parte dos espanhóis vindos do Sul obrigou os padres a salvarem as cabeças restantes, reunindo-as em outra área (Vacaria dos Pinhais – zona de campos cercada de mata araucária).

A terceira corrente de ocupação do Brasil Meridional resulta da expansão da economia natural vicentista pelo litoral paulista em direção ao Sul – Itanhaém, Iguapé, Cananéia, Paranaguá (1654), São Francisco do Sul (1658), Desterro (1675) e Laguna (1676) – “na base de concessão de sesmarias, as últimas já no século XVII, num povoamento esparso e de baixa densidade demográfica. Completando as conquistas territoriais desta corrente vicentista, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento (1680) no rio da Prata” (MAMIGONIAN, 1997, p. 68).

A fundação da Colônia de Sacramento inaugura a circulação entre ela e Laguna através de um caminho pelo litoral. Essa circulação estimulou os vicentistas a tomar conhecimento do gado deixado pelos missionários e eles, então, passam a recolhê-lo nas estâncias implantadas nas restingas formadas entre o oceano e as lagoas. Por volta de 1750, os vicentistas-lagunistas

descobrem Vacaria dos Pinhais, abrindo o caminho que atravessava a encosta da Serra Geral entre Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Assenhorando-se das terras, esses ocupantes, juntamente com os paulistas, ao expulsarem os jesuítas e indígenas, criaram novas estâncias.

Ainda, por estímulos da coroa portuguesa, a economia natural que se desenvolvera no planalto paulista, com destaque para a criação de bovinos, expande-se para o Sul: Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa, Curitibaanos, Lages, Vacaria, Cruz Alta e São Borja, já nos Pampas gaúchos (VIANA, 1948 apud MAMIGONIAN, 1997). Tal expansão, em decorrência da descoberta de ouro em Minas Gerais, inauguraria o “caminho do Sul”, entre Sorocaba e Viamão, onde se constituiria o povoamento da vasta zona dos campos meridionais, juntamente com o que já se estabelecera ligando Laguna às Vacarias. Já os campos de Guarapuava e de Palmas, por se acharem distantes do “caminho do Sul”, foram ocupados mais tardiamente, a partir de 1809, pelos capatazes dos grandes fazendeiros dos Campos Gerais. A ocupação definitiva deu-se a partir de 1839, quando foram construídas estradas ligando esses campos aos do Rio Grande do Sul.

Esse processo, por sua vez, fez a Coroa portuguesa, antes da instalação da Comandância Militar do Rio Grande (forte Jesus-Maria-José – 1737), implementar, por um lado, as primeiras doações das sesmarias a tropeiros, invernadeiros, posseiros e estancieiros que se deslocavam de São Paulo ao Prata. Eram lugares que permitiam o confinamento dos rebanhos por barreiras naturais, como matos, valos, serros, etc. Por outro lado, as doações de terras eram feitas a oficiais superiores e pessoas que serviam à Coroa que, prioritariamente, vinham da Colônia de Sacramento e do Rio de Janeiro.

Como foi demonstrado, enquanto o povoamento dos campos meridionais estava garantido pela presença de grandes estâncias, que conjugavam relações feudais de propriedade e de trabalho (MAMIGONIAN, 1997), as áreas litorâneas de núcleos esparsos não constituíam, ao governo português, a garantia de posse da região Sul. Tal fato levou o governo português a implantar, de Santa Catarina ao Rio Grande [aqui é a cidade de Rio Grande...ou o estado? se for estado tem de colocar Sul], o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses, o que concluiria a primeira etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais do Brasil.

Segundo Mamigonian (1997), o povoamento português no litoral de Santa Catarina constituiu a maior intervenção do planejamento estatal português no Sul do Brasil, tanto em nível geopolítico, como em nível geoeconômico, já que o retorno comercial (armações de baleias, por exemplo) e a coleta de rendas reais (contratos, impostos, etc.) estavam calculados com base nos gastos militares e nos povoamentos preliminares. Apesar de as primeiras providências estarem esboçadas no Tratado de Utrecht (1715), foi somente com a abertura do caminho de Lages ao litoral (1728), com o estabelecimento da colônia militar do Rio Grande (1837) e com a criação da Capitania de Santa Catarina que se efetivaram de fato as estratégias econômicas.

No litoral catarinense, o povoamento açoriano-madeirense provocou consequências duradouras e variadas: 1) grande produção policultora, com exportações de farinha de mandioca durante todo o século XIX para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tornando Santa Catarina, junto com Espírito Santo, os dois maiores abastecedores do mercado nacional; 2) integração dos pescadores madeirenses às atividades de pesca à baleia das armações, convivendo com o trabalho escravo na parte manufatureira, e a ascensão social dos arpoadores e timoneiros, melhor remunerados, com a transformação de alguns deles em donos

de escravos e de terras no litoral catarinense; 3) migrações de alguns açorianos-madeirenses aos pampas gaúchos, onde se tornaram estancieiros, o que foi facilitado pelo fim das missões jesuíticas; 4) permanência de terras de uso comum que existiam nos Açores e na Madeira praticamente até o fim do século XX; 5) o uso da experiência de colonização em pequenas propriedades (MAMIGONIAN, 1997).

Dado o exposto, pode-se afirmar que a ocupação das áreas subtropicais do território colonial brasileiro teve como base as reduções jesuíticas espanholas, o deslocamento de bandeirantes vindos pelo interior, o movimento vicentista ordenado pelo litoral e, por último, a colonização açoriana-madeirense. Fundados na economia natural, esses movimentos (estâncias feudais, fortificações militares e pequena produção mercantil) foram de fundamental importância econômica, militar e política para o domínio português sobre essa vasta área do território. É, portanto, a partir desses movimentos de ocupação que se origina a primeira macroformação regional socioespacial, caracterizada pela criação de gado, nos campos e planaltos, e a pequena lavoura, no litoral.

A segunda etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais brasileiras caracteriza-se, nas primeiras décadas do século XIX, por uma estratégia do governo brasileiro em colonizar as áreas de matas existentes no Sul do Brasil. Assim, na década de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs no vale inferior do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS), nas margens do Rio Negro/SC e em São Pedro de Alcântara/SC. Todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva (WAIBEL, 1988). Depois, as colônias alemãs não mediram esforços em expandir-se para outras áreas. “Os filhos de imigrantes, instalados em São Leopoldo/RS, por exemplo, adquiriram lotes resultantes do parcelamento de sesmarias da zona florestal, postas à venda por seus donos, abastados proprietários de campo, que, não tendo interesse por aquelas terras, resolveram negociá-las.” (MAIOR, 1968, p. 35).

Contudo, foi somente a partir dos anos 40 do século XIX, que se estabeleceram definitivamente as colônias de povoamento no Sul do Brasil. Entre 1849 e 1874, o governo provincial estabeleceu cinco novas colônias nas encostas florestais da Serra Santa Cruz e Santo Ângelo, ocupadas por imigrantes alemães. A obra colonizadora prosseguiu rumo ao Oeste e estendeu-se de Torres até as proximidades de Santa Maria. Já os imigrantes italianos foram encaminhados, inicialmente, para as colônias de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, na encosta superior do Planalto, dominada pela mata de araucária. Tendo em vista a expansão das colônias italianas, no Planalto Oriental, o governo tratou de constituí-las ao norte do rio Taquari, Alfredo Chaves (1884) e Antônio Prado (1886).

O processo de colonização oficial e particular não cessou com o advento da República. O governo passou a colonizar as terras florestais isoladas dos cursos superiores dos rios Jacuí e Ijuí. A “ocupação dessa área tornou-se possível pela construção de uma estrada de ferro que segue a região aberta e o divisor de águas entre os rios Jacuí e Uruguai; corre de Santa Maria, primeiro para o norte até Cruz Alta, depois segue para leste até Passo Fundo, cidades estas fundadas por luso-brasileiros em 1834 e 1857, respectivamente” (WAIBEL, 1988, p. 215). Já as empresas de colonização implantaram novas colônias em Serro Azul, Panambi e fundaram as colônias de Não-me-Toque e General Osório. Waibel (1988) ressalta ainda que a última fase de colonização do Rio Grande do Sul ocorreu com a ocupação das áreas de matas que se estende ao longo do rio Uruguai (Erechim, por exemplo).

Em Santa Catarina, o processo colonizador surgiu em meados do século XIX, com a criação de duas colônias alemãs: uma nas terras da porção interior da baía de São Francisco, por

iniciativa da empresa alemã Kolonisationsverein von Hamburg (colônia Dona Francisca, de 1851), e outra implantada pelo Dr. Herman Blumenau, no médio vale do rio Itajaí-Açu (colônia Blumenau, de 1850). A colônia Dona Francisca começou a se expandir a partir de 1860, quando da ocupação dos afluentes da margem esquerda do Itajaí, onde havia terras planas com solos férteis (WAIBEL, 1988). Os decênios seguintes marcam a ocupação da colonização alemã (somada a dos polacos e italianos) das terras do vale do Itajaí do Norte (Ibirama, Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e as áreas do Itajaí Mirim).

Ja partir de 1875, na zona litorânea meridional, principalmente nos vales do Tubarão e do Urussanga, foram implantadas colônias italianas (Azambuja, Grão Pará, Nova Veneza, Orleans, Urussanga, Criciúma). Nessa mesma área, descendentes de alemães fundaram colônias em Braço do Norte, São Ludgero e Rio Fortuna.

Nas primeiras décadas do século XX, efetivou-se definitivamente a colonização do estado de Santa Catarina. Várias empresas de colonização – como a americana Shouthern Brazil Lumber and Colonizations Co, a Sociedade territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia (Caxias do Sul) e capitais comerciais do Rio Grande, dentre outras – intensificaram o comércio de terras no Oeste catarinense, retalhando-o em lotes de 10 a 30 ha, que seriam vendidos a descendentes de italianos e alemães do Rio Grande do Sul (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20)⁴.

Em virtude dos fatores naturais e históricos⁵, a ocupação efetiva do Paraná teve seu início nos decênios de 1870 e 1880, com a constituição de colônias alemãs, polacas e italianas, na região mista de mato e campo (15 a 18 km de Curitiba), Ponta Grossa, Castro e Lapa (WAIBEL, 1988). No trecho ocidental, estabeleceram-se colônias em Prudentópolis e Guarapuava, em razão do aproveitamento das matas de araucária e da presença da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

No Norte do estado, área tropical da região Sul, as investidas foram feitas por paulistas e mineiros que, como fazendeiros (plantadores de café), lançaram as bases dos núcleos de Siqueira Campos, por exemplo. Nas áreas do planalto diabásico, o povoamento apresentou duas fases: a mais antiga decorreu da invasão cafeeira paulista, onde floresceram Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924); já a segunda proveio da concessão de glebas de terras por parte do governo estadual a particulares (Cia. de Terras Norte do Paraná) que constituíram núcleos como Londrina (1929) e Maringá (1944).

Na zona Oeste, ocupada desde o início do século XIX em suas áreas campestres de Palmas, Guarapuava, Clevelândia, etc., a colonização evoluiu lentamente até 1930. Após a construção das estradas de rodagem, a colonização particular, espontânea e oficial fez-se presente na zona Oeste, constituída por descendentes de italianos das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A conclusão do processo de colonização no Paraná ocorreria nos anos 50, com descendentes europeus provenientes do noroeste do Rio Grande do Sul, da Zona Colonial do Rio do Peixe, em Santa Catarina, e das próprias colônias eslavas do Estado.

Em síntese, verificou-se que a segunda etapa do processo de ocupação foi decisiva para a criação de uma nova estrutura econômica e social, a formação de uma pequena produção mercantil, que – ao lembrar o povoamento do nordeste dos EUA, no século XVII – foi um fator fundamental para a constituição de atividades variadas (pequenos comerciantes, pequenas oficinas, artesanatos, manufaturas, etc.), em contraste com as atividades desenvolvidas na área criatória dos campos e planaltos, e próximas daquelas desenvolvidas pela pequena produção açoriana-madeirense das áreas litorâneas.

A incorporação das duas macroformações do Brasil Meridional

Afirmou-se anteriormente que a primeira macroformação regional socioespacial caracterizou-se pela criação de gado, nos campos e planaltos, e pela pequena lavoura, no litoral. Contudo, ao longo do caminho entre Laguna e Rio Grande, a partir de 1725, foram estabelecendo-se estâncias que visavam ao desfrute normal do gado, tanto para envio de tropas para o Brasil Central como para abate e obtenção de charque, couro e sebo. Entretanto, foi a partir de José Pinto Martins, fabricante de carne seca no Ceará, que fugindo das secas de 1777, 1778 e 1779 instala a primeira grande indústria saladeril na margem do Rio Pelotas. A ampliação do mercado consumidor de charque, em virtude do desenvolvimento da lavoura, no Centro e Norte do país, impulsionou o surgimento, a partir de 1780, de várias charqueadas (Vinhas, Martins, Barcellos, Chaves, entre outras).

Com características fortemente manufactureiras, as charqueadas começam, a partir de 1845, a se expandir para a margem esquerda do Rio Pelotas (Costa, Castro, Graça, Moreira, dentre outras cidades) e para o interior do Rio Grande do Sul (Paredão, Uruguaiiana, São Gabriel, Quaraí, Santa Maria, Cruz Alta, Fontoura, Bagé, etc.), no último quartel do século XIX. Essas charqueadas do interior introduziram uma nova rota para o gado. De acordo com Marques (1990, p. 28), “os fazendeiros de Cima-da-Serra conduziam suas tropas, com imensos sacrifícios, a distâncias de 500 a 600 Km, em marchas que duravam de 30 a 40 dias, para poderem vendê-las aos charqueadores pelotenses. A nova charqueada, localizada na metade do caminho, representava um grande impulso para o Norte da província”. Entre 1890-1895, as matanças em Pelotas reduziram-se de 291.251 cabeças para 197.219, representando uma diminuição de 47,67%, contra um aumento de 37.700 animais abatidos para 73.205, nas charqueadas de Barra do Quaraí e Quaraí.

Na esteira da fase depressiva da economia mundial (fase b do 2º Kondratieff, 1873-1896), as grandes e modernas charqueadas começaram a se instalar na fronteira Oeste e tinham grande participação do capital anglo-platino⁶. Dentre eles, pode-se destacar Hipólito Lesca, que abriu em 1887 um moderno saladeiro industrial em Uruguaiiana, fabricando charque, couros, salgados e línguas em conservas, remetidos para o Brasil pelo porto de Montevideu⁷.

Apesar de a indústria saladeril se caracterizar pela produção de charque, couros, miúdos salgados, peles, sebo, tripas, dentre outros produtos, ela vem, desde meados do século de XIX, implementado técnicas de conservação e fabricação de extrato de carne. Os primeiros investimentos realizados na elaboração de produtos cárneos enlatados datam de 1862, quando o governo provincial do Rio Grande do Sul promove e incentiva (por meio de subsídios) a constituição de fábricas produtoras de extrato e conserva de carne bovina.

Um dos exemplos mais marcantes foi o do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba (médico da Saúde Pública) que, depois de examinar os processos de acondicionamento dos extratos de carne produzidos na região do Prata,⁸ implantou um método próprio para a produção do extrato de carne no Rio Grande do Sul. Com a obtenção de empréstimo do governo provincial e a isenção de direitos para a importação de caldeiras, máquinas e outros utensílios, estabeleceu em 1866, na localidade de Pedras Brancas, um empreendimento capaz de processar 1.000 kg por mês do “extractum carnis”.⁹

Todavia, a introdução de novos processos produtivos e produtos implantados não possibilitaram um verdadeiro “enxame” de imitadores, capazes de modificar as estruturas produtivas e as relações de produção no interior de uma economia dominada pelas

charqueadas. Na verdade, as incertezas das inovações somadas à falta de mercado para esses novos produtos, à resistência dos charqueadores e ao surgimento de “novíssimas técnicas” de refrigeração e conservação de carne no centro do sistema capitalista retardaram a difusão dessas novas atividades no Rio Grande do Sul.

Assim sendo, a alavancagem da indústria de carne no Rio Grande do Sul só ocorreria a partir de 1888, com a constituição da empresa Londrina The Brazilian Meat and Hide Factory Limited, que, após adquirir a charqueada do Paredão, em Cachoeira do Sul, passou a produzir extrato de carne e provisões enlatadas. Sua liquidação ocorreu na década de 1920, por falta de competitividade em relação aos demais frigoríficos que foram instalados no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir de 1910 (SUZIGAN, 1986).

Apesar da instalação dos frigoríficos, o processo de introdução de novos produtos e processos foi impulsionado no interior das grandes charqueadas. Entre 1896-1920 (fase expansiva da economia mundial), as empresas saladeiris da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul partiram para a sua modernização e diversificação. A charqueada de Livramento, por exemplo, fabricava carne em conserva e produzia Corned-beef, Boiled-beef e extrato de carne. As primeiras remessas de carne enlatada foram para as forças aliadas na primeira Guerra Mundial (ALBORNOZ, 2000, p. 78).

A fase expansiva da economia mundial (fase a do 3º ciclo de Kondratieff) reativou tanto a produção como as exportações de charque pelo Rio Grande do Sul. Entre 1897-1917, as exportações cresceram de 25.464.383 kg para algo em torno de 49.249.000. Isso representou um crescimento na ordem de 93,40%.

Esses primeiros investimentos ocorridos no Rio Grande do Sul tiveram como motor básico vários fatores inter-relacionados. Em termos gerais, destacam-se: (a) o desenvolvimento histórico da criação de gado visando à produção de charque e peles para a exportação; (b) “a existência de pastagens naturais melhores que em outras partes do Brasil que permite maior lotação de cabeças por área; (c) as condições climáticas que facilitam a adaptação de raças finas européias” (BERNARDES, 1997, p. 87-88); (d) a relativa facilidade de transporte no Sul do estado pela proximidade ao porto de Rio Grande (FONSECA, 1983); (e) a concorrência com os países do Prata na produção de carne; (f) o desenvolvimento da indústria de processamento de carne na região do Prata; (g) o papel desempenhado pelo governo provincial na concessão de subsídios e incentivos; (h) uma certa capacidade intuitiva de alguns “empresários” na busca de inovações tecnológicas e (i) o aumento da demanda mundial de carne e derivados.

Tais fatores, por sua vez, impulsionaram o surgimento de novos frigoríficos. Entre 1910 e 1929, foram instalados no Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, doze grandes frigoríficos, sendo seis de capitais nacionais (Cia. Frigorífica e Pastoril de Barretos, Cia. Frigorífica de Pelotas, Cia. Frigorífica de Santos, Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil – Barbacena, Frigorífico Matarazzo – Paraná e Frigorífico Bianco – Cruzeiro-SP.), quatro de capitais americanos (Wilson Co., em Osasco; Armour do Brasil, em Livramento¹⁰; Swift do Brasil, no Rio Grande; Armour do Brasil, em São Paulo) e dois de ingleses (Anglo, em Santa Cruz-RJ e Mendes, no RJ) (MAMIGONIAN, 1976b; SUZIGAN, 1986)¹¹.

Esses frigoríficos com unidades produtivas de grande porte atuavam em todas as fases do processo produtivo (abate, congelamento e enlatamento) da carne bovina, suína e ovina. A Armour, por exemplo, com unidades em São Paulo e no Rio Grande [do Sul?], apresentava

uma produção bastante diversificada que incluía o resfriamento, congelamento, produção de enlatados, a produção de banha, sabão e diversos subprodutos. Já as firmas Anglo e Swift especializaram-se na elaboração de produtos de origem bovina (conservas e enlatados), enquanto o frigorífico Matarazzo dedicava-se à produção de banha e carne suína enlatada.

As vantagens competitivas dessas firmas, em relação aos pequenos frigoríficos instalados no Paraná e Minas Gerais, estavam associadas à sólida estrutura financeira, às economias de escala, aos complexos canais de comercialização e distribuição no mercado externo, ao domínio da tecnologia de refrigeração, processamento e enlatamento dos produtos cárneos, à larga experiência na industrialização da carne nos EUA, Argentina e Uruguai, à localização geográfica de suas plantas industriais (próximas às áreas produtoras e portos) e às formas de aquisição da matéria-prima.

Se para a instalação das charqueadas e das primeiras indústrias de carne foi possível contar com uma estrutura produtiva herdada das formas de ocupação anteriores (estâncias), como ocorreu a gênese da indústria de carne nas áreas de pequena produção mercantil?

Afirmou-se anteriormente que, nas áreas de pequena produção mercantil, os produtores independentes, que possuem as condições próprias de trabalho e os meios de produção, produziam um determinado produto que seria entregue ao mercado. Esse excedente econômico, que nasce no interior do complexo rural, tende a acumular-se nas mãos dos pequenos e grandes comerciantes, que orientavam a vida econômica das áreas de influência, bem como nas mãos dos próprios pequenos produtores. Muitos desses comerciantes e pequenos produtores dirigiram seus investimentos para outras atividades. Dentre eles, destacam-se as inversões realizadas na área de produção e beneficiamento de banha, conservas de carne, salames, salamis, etc. Com efeito, essa nova onda dará um novo impulso à indústria de carne no Sul do país.

No Rio Grande do Sul, merecem destaque as casas de banha Phoenix, Aliança, Ritter, Neve, Koch, Selbach, Renner, Olderichet, etc. As exportações de banha, conservas e produtos derivados de porcos, sob o domínio das casas alemãs e teuto-brasileiras, promoveram integração da região do norte do Rio Grande do Sul à economia estadual.

Nos primeiros anos do século XX, o comércio e a produção de derivados de porco ganham novo impulso quando passam a ser realizados pelas firmas italianas e ítalo-brasileiras. Em muitos casos, caracterizam-se por cooperativas de pequenos produtores mercantis e pequenos comerciantes locais.

Em Santa Catarina, os primeiros investimentos realizados no processo de beneficiamento de banha e de carne suína foram feitos, também, nas regiões de colonização alemã, sob a liderança de capitais comerciais (Salinger e Cia. Jensen). No Sul do estado, as inversões se realizaram por volta do fim do século XIX e início do século XX. Em Tubarão, a banha, o toucinho, a carne salgada e a carne *in natura* responderam, respectivamente, em 1897 e 1899 por 78,4% e 76,16% do imposto recolhido pelo município (DALL'ALBA, 1983 apud PAULILO, 1990).

Cabe destacar ainda que a conjuntura pós 1ª Grande Guerra Mundial possibilitou a ascensão dos colonos do café em São Paulo e o crescimento do mercado interno nacional (MAMIGONIAN, 1976a), via valorização dos bens agrícolas de várias regiões brasileiras, promovendo, com isso, o crescimento da pequena produção mercantil do Sul do Brasil. Com

efeito, a maioria dessas unidades foram criadas por pequenos produtores mercantis e pequenos comerciantes locais que não mediam esforços na constituição de pequenos negócios. Paulatinamente, ao lado da multiplicidade dos estabelecimentos artesanais, originados no interior do complexo rural, foram emergindo outros nas áreas urbanas. Dessa forma, o excedente econômico criado permanecia em grande parte na região, formando uma base indispensável à gênese da nova indústria de carne no Sul do Brasil.

Essa estrutura social, do tipo pequena produção mercantil, ao reduzir o tempo gasto na economia natural, ampliava sua produção mercantil simples e, gradativamente, transitava para a constituição de uma atividade capitalista. Segundo Lênin (1974 apud SOARES, 1992), o desenvolvimento histórico do capitalismo resulta de dois momentos: (1) transformação da economia natural em economia mercantil; (2) transição da economia mercantil para economia capitalista. A primeira transformação se efetua em virtude da divisão social do trabalho e da especialização dos produtos individuais. Já a segunda se realiza quando há produção isolada de mercadorias por parte de cada produtor, que se coloca, assim, em posição de competidor.

Essa diversificação produtiva e o elevado número de pequenos negócios foram igualmente estimulados pela política protecionista do início do século, em defesa da produção da banha nacional em substituição à banha americana. Tratava-se de uma aliança entre “a indústria, a pequena lavoura e a pecuária, da qual resultaria um movimento de grande envergadura em prol da defesa da produção nacional” (LUZ, 1978, p. 78). Soma-se, ainda, o fácil acesso à tecnologia de produção para o beneficiamento de banha, salames, conservas, etc., assim como a simplificação do processo produtivo.

A inserção agroindustrial do Brasil Meridional na economia nacional: 1920-50

Enquanto a economia brasileira continuava avançando no seu processo de substituição de importações (cimento, aço, felpudos, gobelins) conforme Mamigonian (2000), a indústria de carne, depois de seu auge (1ª GM) passou, no início dos anos 20, a apresentar sinais de crise. Benites (2000, p. 38) salienta que “terminada a guerra, os países europeus voltaram a restringir o comércio de produto, uma vez que seus estoques de carnes congeladas estavam muito além das necessidades. Implantou-se, desse modo, uma crise na economia pastoril nacional, graças à ausência de maior avanço no uso de técnicas que permitissem a obtenção de carnes de melhor qualidade e enfrentassem a concorrência de outros países sul americanos no mercado internacional”.

Assim, os pecuaristas do Brasil Central, juntamente com as associações de criadores e frigoríficos multinacionais, passaram a difundir a ideologia modernizadora do esquema de melhoria zootécnica-alimentação. A modernização estava assentada nos processos de seleção e cruzamento entre o gado zebuino (Triângulo Mineiro) e melhoria do rebanho nacional com os processos de seleção e cruzamento das raças européias. Além dessas estratégias, os frigoríficos intensificaram “a política de fornecimento de carne a preços baixos, numa tentativa de angariar não só a simpatia dos órgãos públicos e consumidores como também estimular o consumo de um produto até então desconhecido das populações urbanas: a carne resfriada” (BENITES, 2000, p. 51).

A crise do primeiro quinquênio dos anos 1920 promoveu mudanças significativas na estrutura produtiva de carne do Sul do país. A primeira refere-se à venda do frigorífico nacional instalado em Pelotas – em virtude da falta de capital de giro –, para a firma inglesa Vestey Brothers, que

passou a ser chamado de frigorífico Anglo de Pelotas. A segunda mudança diz respeito ao fato de a cidade de Pelotas perder o lugar de “Capital do Charque” para a cidade de Bagé, que já possuía o maior número de charqueadas e abatia mais que o antigo polo charqueador. Já os pequenos negócios de banha e conservas instalados no Sul do Brasil, nas áreas de pequena produção, além de reduzirem as exportações de banha para os demais estados brasileiros¹², sofriam desvantagens relativamente aos demais estabelecimentos instalados em outros territórios nacionais. Tais adversidades decorriam, por um lado, das péssimas condições das estradas, dos altos custos dos fretes e do baixo grau de urbanização em relação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e por outro lado, do excessivo número de produtores de banha e carne suína no interior dos complexos rurais e da baixa e regular oferta de matéria-prima local, que incapacitavam esses pequenos negócios de obterem economias de escala.

Em contrapartida, os frigoríficos de São Paulo eram abastecidos por várias áreas do território nacional (ressaltem-se as exportações de suínos de Minas para São Paulo e o abastecimento das Indústrias Reunidas Matarazzo, Armour e Swift, com suínos oriundos de Santa Catarina). É, pois, nesse sentido, que emerge no Oeste catarinense a figura de pequenos comerciantes dedicados à exportação de suínos para os grandes frigoríficos instalados em São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, entre outros estados brasileiros. Dentre esses comerciantes, pode-se destacar Attilio Fontana, que se transformou, no fim da década de 20, representante exclusivo de Antônio Menck & Irmãos (atacadistas de porcos em Itararé/SP)¹³.

Além da exclusividade, fica evidente que esses comerciantes ascenderam e obtiveram privilégios no período em que se estruturava um novo pacto de poder. O novo pacto de 30, consubstanciado na fase recessiva do 3º ciclo de Kondratieff, tendo como sócio maior os latifundiários feudais, sob a liderança da oligarquia gaúcha e a nova classe de capitalistas industriais, sobretudo paulistas (RANGEL, 1981), adotou medidas, como o uso seletivo dos recursos cambiais, a retirada das barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, o financiamento à produção, a instituição da reserva de mercado, a implantação de uma política trabalhista e o direcionamento da estrutura produtiva agrícola para o abastecimento da estrutura urbana, que impulsionou o processo de substituição de importações (MAMIGONIAN, 2000).

Para o caso de Santa Catarina, no ano de 1937, as exportações de suínos para outros estados foi de 24.295 cabeças, com peso de 3 milhões de quilos, no valor de 3.146:377\$500. As exportações de banha, entre 1932-1937, nunca se mantiveram abaixo de 7.000 toneladas, elevando-se a 8.723, em 1937 (destaque para as regiões de Tubarão e Campos Novos). Do mesmo modo, a exportação de linguiça, nesse período, não foi inferior a 70 toneladas, atingindo, em 1937, 88 toneladas (ESPINDOLA, 2002).

Nesse caso, originou-se em Santa Catarina uma divisão territorial do trabalho que interessava as oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno (RANGEL, 1990), pois enquanto as regiões do Sul e Nordeste do estado dedicavam esforços na diversificação produtiva (fabricação de salsicha, linguiça e salame), a região Oeste, que contava, em 1937, com três fábricas de banha instaladas em Caçador, três em Campos Novos e duas firmas de salames em Caçador, direcionava esforços na exportação de suínos vivos (entre 1931 e 1935, Santa Catarina exportou 6.094.965 kg de carne suína, sendo 80% oriunda do Oeste catarinense) (ESPÍNDOLA, 1999). Assim, o Oeste nasce especializado na oferta de animais, enquanto os frigoríficos do Sul e Nordeste do estado, juntamente com os do Rio Grande do Sul, sofrem com o elevado número de pequenos negócios que se diversificam para abastecer a economia local.

Entretanto, entre 1938 e 1942, as exportações de animais e plantas vivas começaram a desvalorizar-se, enquanto os alimentos e forragens cresceram 55,8% de preço (BOSSLE, 1985). A desvalorização dos preços, aliada à crise mundial (fase b do 4º Kondratieff), fez surgir, no Oeste de Santa Catarina, o processo de junção dos capitais dos pequenos comerciantes, com o intuito de reduzir os custos operacionais e o domínio externo exercido pelos grandes atacadistas do Sudeste brasileiro nas áreas produtoras.

Assim, em 1935, Attilio Fontana une-se aos Fuganti (comerciante import/export com estabelecimentos em São Paulo, Santa Maria/RS e Oeste catarinense). Essa união, que durou até 1939, foi responsável pela expansão das atividades comerciais em Londrina/PR e Água Doce/SC. Por sua vez, Saul Brandalise força a união da casa comercial de seu pai com a família Ponzoni (comerciante local) e associa-se pessoalmente à empresa comercial Bonato (comerciante local) (ESPÍNDOLA, 1999). Outra estratégia adotada foi a inversão de recursos na aquisição de um moinho de trigo e um frigorífico de suínos na cidade de Concórdia/SC. Nessa mesma trajetória, Saul Brandalise instala em Videira/SC um pequeno abatedouro de suínos (denominado posteriormente de Perdigão), Saulle Pagnocelli instala outro em Herval D'Oeste e a família Marafon, um em Chapecó (ESPÍNDOLA, 1999).

Percebe-se que o processo de acumulação de capital, tendo como base a pequena produção mercantil, iniciado nas zonas coloniais alemãs e italianas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, repetir-se-ia nas novas áreas de colonização do Sul do país, onde os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, continuavam sendo primordiais para a expansão tanto agrícola como industrial do Sul do país.

Esses novos empreendimentos – somados aos antigos – passariam então a concorrer com os demais frigoríficos instalados em São Paulo e Minas Gerais. Trata-se de uma estrutura produtiva composta por inúmeras firmas produtoras de conserva, banha, salames, extrato de carne, toucinho, etc., concorrendo com os grandes frigoríficos multinacionais e nacionais, as charqueadas e os matadouros municipais.

A década de 30 trouxe ainda para o conjunto das atividades produtoras de carne no Sul do Brasil outras alterações significativas. Em 1934, foi criado o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, cujo objetivo era a substituição das charqueadas pelos frigoríficos (BENITES, 2000). Especificamente no Rio Grande do Sul, as charqueadas que representavam 22,7% do total de bovino abatido pelo estado em 1937, reduziram sua participação para 11,4%, em 1941. Em contrapartida, os frigoríficos aumentaram sua participação de 30,1% para 45,4%, no mesmo período. Nessa conjuntura, algumas charqueadas foram transformadas em cooperativas de carne (Bageense, Castilhense, Pastoril, Pedritense, Santanense, entre outras).

Essa nova estrutura na indústria de carne no Sul do Brasil, ao acirrar a concorrência, promoverá, a partir da década de 40, um reordenamento no processo de fornecimento de produtos cárneos. Ou seja, trata-se de um reposicionamento das empresas na estrutura produtiva nacional. Mas como isso foi possível?

Mamigonian (1976b) destaca que o movimento dos invernistas e o apoio estatal, durante o governo Vargas, em 1951, foi fundamental para a implantação de vários frigoríficos nas áreas de engorda de Andradina, Araçatuba, Barretos, Campo Grande, e em Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni e sul de Minas. Paralelamente, pequenos açougueiros nacionais de origem imigrante passaram a implantar frigoríficos nas áreas de engorda: Bordon (Presidente

Prudente), Fialdini (São Carlos), Zancopé (Jundiaí), entre outros. Ainda segundo o mesmo autor, nas áreas de engorda, esses novos investimentos obtinham vantagens em relação aos frigoríficos localizados em São Paulo e na Guanabara, em virtude da redução de custo do frete de boi, da menor perda de peso de animais, da redução do tempo entre compra de gado, abate e venda da carne, e do pagamento de salários mais baixos¹⁴.

Esse movimento verificado no Brasil Central pecuário se fez presente nos grandes e pequenos frigoríficos do Sul Brasil, embora com intensidade, direções e estratégias empresariais diferenciadas. A crise da pecuária no Sul do país, mais precisamente no Rio Grande do Sul, já se manifestava entre o fim do século XIX e início do século XX, pois enquanto os estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais intensificam as pastagens artificiais, aumentando a densidade de cabeças por área e possibilitando uma alimentação permanente, os pecuaristas rio-grandenses não tiveram motivações para melhoria das pastagens por causa das condições ambientais serem relativamente boas.

Ademais, enquanto o Brasil Central expande seu número de frigoríficos, no Rio Grande do Sul os frigoríficos trabalharam entre 1958/60 com 22,8%, 18,2% e 15,2%, respectivamente, de sua capacidade de matança efetiva. Tal crise refletiu-se no fechamento da Swift no Rio Grande e na queda definitiva das Charqueadas (SCHILLING, 1961).

Paralelamente a essa crise da pecuária bovina sulina, manifesta-se certa estagnação na produção de suínos e, conseqüentemente, nos frigoríficos e cooperativas de origem alemãs e italianas. Tal crise deriva da combinação de dois aspectos: o primeiro refere-se ao início dos anos 40, quando a suinocultura rio-grandense foi atingida por uma peste suínica, que reduziu sensivelmente o seu rebanho. Já o segundo fundamenta-se no fato de que, desde 1935, torna-se cada vez mais difícil colocar a banha rio-grandense nos mercados europeus e no Brasil Central, diante da concorrência de São Paulo e Paraná. Essa situação melhoraria, a partir de 1950, com a elevação do rebanho, da produção de banha e da sua própria exportação (ROCHE, 1969).

Contudo, tal crescimento impossibilitou que as indústrias regionais se tornassem nacionais no sentido exposto por Castro (1980). Na verdade, não houve adoção de padrões de tecnologia, comercialização, distribuição, de melhoria do rebanho, de diferenciação de produtos, etc., similares aos seus concorrentes. Na realidade, as firmas de frigorificação regionais, tendo dominado o mercado estadual, procuraram tirar o máximo proveito dos mesmos sistemas produtivos instalados no fim do século XIX e início do século XX.

Diferentemente do que ocorria no Rio Grande do Sul, os pequenos negócios de frigorificação de carne em Santa Catarina, mais precisamente no Oeste catarinense, partiram agressivamente para novas estratégias empresariais. O direcionamento de seus investimentos e maquinários para elaboração de produtos com maior valor agregado (salames, salamis, defumados, presunto, apresuntados, entre outros), visando ao abastecimento das classes de renda com poder aquisitivo mais elevado do sudeste brasileiro, compensava a sua distância em relação ao mercado consumidor e ao atraso relativo aos demais frigoríficos.

Percebe-se, assim, que mesmo atuando em mercados competitivos, no sentido de não oligopolísticos, a diferenciação, inclusive em qualidade de produtos, dava um caráter “progressista” a essas firmas. Ou seja, elas elevaram o padrão tecnológico via reconversão produtiva, o que demonstra, precocemente, a capacidade flexível de seus processos produtivos de bens “customizados” (sob encomenda) e aquisição de mão de obra especializada dos

frigoríficos instalados no Rio Grande do Sul, bem como de pessoal técnico nos órgãos de Inspeção Federal e de empresas europeias (a Sadia, por exemplo, adquiriu técnicos do matadouro municipal de Bologna/IT e de outras indústrias).

As estratégias se mostram, ainda, na constituição de empresas próprias para confecção de embalagens, instalação de madeireiras para confecção de caixarias, oficinas de reparo para os equipamentos, ampliação, regularização e padronização da oferta de matéria-prima¹⁵ e na instalação de empresas de comercialização em Bauru (1949) e São Paulo (1956). Com isso, as firmas rompiam a dependência externa aos grandes atacadistas que comercializavam produtos de uma gama de frigoríficos. A essas estratégias soma-se a utilização da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande no transporte dos seus produtos, fator que barateava os custos no transporte. Após 1950, essas empresas adquirem caminhões isotérmicos e aviões (DC 3 Douglas).

A combinação dos diferentes fatores produtivos, somados às políticas de desenvolvimento industrial – substituidora de importações – com uma agricultura voltada ao mercado interno, contribuiu para elevar substancialmente a produção de suínos em Santa Catarina. De um total de 480.000 cabeças abatidas em 1945, o número cresce para 719.000 em 1959, isso significa um crescimento na ordem de 66% contra 27% de Minas Gerais; 14% do Paraná e 10% de São Paulo. A Sadia Concórdia, por exemplo, que abatia 34.902 suínos em 1945 (isto é, 7,27% do total do estado), elevou sua capacidade, em 1959, para 146.530 suínos (20,37% do total estadual) (ESPÍNDOLA, 1999).

Pelo exposto, verifica-se que os processos anteriormente descritos têm na sua base geográfica um componente primordial na rota de crescimento diferenciado. Não houve apenas queda das multinacionais e ascensão dos pequenos e médios frigoríficos, como sugere Campos (1994). Geograficamente, a relação dialética entre expansão e crise manifestou-se tanto nos grandes frigoríficos quanto nos pequenos. Essa dinâmica, por sinal, dará um novo caráter à indústria de frigorificação do Sul do país, pois o caráter progressivo da diferenciação de produtos, combinado com os processos de inovação tecnológica, resulta no surgimento de novos segmentos na indústria.

Conclusão

Em termos gerais, o processo de colonização oficial e particular da região Sul brasileira tratou “do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (por exemplo, os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.), a partir da origem europeia, já em processo de industrialização” (MAMIGONIAN, 1986, p. 104). A maioria dos agricultores adquiriram uma propriedade de tamanho médio, em torno de 25 a 30 ha, dispostos ao longo de certas linhas. Vale dizer, uma propriedade *minimale ackernahrung* e um povoamento do tipo *waldhurfendorf*, conforme demonstrou Waibel (1988).

No interior dessas pequenas propriedades, os produtores plantam milho, alfafa, trigo, feijão, mandioca, criam porcos, galinhas, e desenvolvem a colheita da erva-mate e a extração da madeira. Paralelamente, confeccionam suas casas, seus galpões, suas ferramentas de trabalho. Trata-se, portanto, da constituição do complexo rural sul brasileiro, predominantemente de pequenos produtores mercantis de origem europeia.

Parte do excedente produzido e da madeira extraída, bem como a alfafa e a colheita da erva-mate, será comercializada com o mercado local e nacional. Manifestam-se, desse modo, no interior do complexo rural, duas maneiras de existência da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem, que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras¹⁶; de outro lado, os pequenos produtores fabricavam seus próprios instrumentos de trabalho e praticavam uma agricultura de autoconsumo. Constitui-se, nesse caso, a formação de uma economia mercantil simples. O contato entre as áreas coloniais e os mercados consumidores era realizado pelo vendista.

Cabe ainda destacar que nas áreas de latifúndio desenvolveram-se charqueadas e que posteriormente foram instaladas indústrias de beneficiamento de carne com capitais de origem locais, nacionais e multinacionais. Em contrapartida, nas áreas de pequena produção mercantil, emergiram pequenos negócios de fabricação de banha e carne, que não mediram esforços em inserir-se nacionalmente, chegando a competir com os frigoríficos instalados em São Paulo e Minas Gerais. A contenda foi ainda estimulada pela política brasileira de substituição de importações, que a partir de 1930 criava reservas e concedia estímulos à acumulação capitalista do Brasil Meridional, ao inseri-la na divisão nacional do trabalho.

Notas

¹ A ocupação efetiva do território colonial brasileiro se fez por intermédio do sistema de capitanias hereditárias e de doações de sesmarias, isto é, de forma tipicamente feudal. Das capitanias, Pernambuco foi a mais importante, onde se implantou, por meio de relações escravistas, a produção comercial de gêneros tropicais em pleno século XVI. A expansão dos engenhos de açúcar, por sua vez, estimulou “a ocupação policultora do Agreste e, a partir da Bahia e de Pernambuco, a extensão da pecuária bovina pelo Sertão, onde enormes fazendas de gado efetivaram o monopólio da terra, submetendo os índios sobreviventes à condição de peões, dando origem, pela primeira vez, às relações de trabalhos feudais no Brasil (século XVII)” (MAMIGONIAN, 1998, p. 67).

² As primeiras cabeças de gado bovino foram trazidas para o Brasil em 1534 para a Capitania de São Vicente e, gradativamente, foram sendo deslocadas para a Bahia, para o sertão nordestino e para o Norte. Outra marcha deslocou-se de São Vicente em direção ao interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Na direção Sul, o gado saiu de São Vicente, indo para os campos de Curitiba. A origem do gado “crioulo” no Sul deriva da junção dessa primeira frente com a do gado saído das missões jesuítas. Na sua expansão para o Atlântico, espalhou-se pelo interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SIMONSEN, 1978).

³ A população existente na Capitania de São Vicente consegue, ainda no século XVI, consolidar a ocupação da faixa litorânea e alcançar as terras do Planalto Meridional do Brasil. A combinação de elementos de ordem natural e humana favorece a pressão colonizadora em direção ao interior, a partir de São Paulo (PEREIRA, 1997).

⁴ A ocupação anterior a 1916 resultou das constantes correntes de povoamento que se deslocavam dos campos de Guarapuava (PR), Vacaria (RS) e Lages (SC), em decorrência da crise da atividade pecuária. Assim, muitos filhos de agregados e ex-agregados dos latifúndios pecuaristas, somados aos ex-trabalhadores da companhia construtora da estrada de ferro (São Paulo - Rio Grande), espalharam-se pelo Oeste catarinense, desenvolvendo uma economia natural (ESPÍNDOLA, 1999).

⁵ Waibel (1988) destaca dois fatores naturais e um histórico como determinantes na ocupação tardia do estado. Os dois primeiros relacionam-se ao fato do litoral ser estreito e ter um clima insalubre de terra [caliente haha incorporou o espanhol...] e de Serra cristalina ser estreita com encostas íngremes. Já os fatores históricos associam-se ao fato do estado ser o mais jovem entre os estados do Sul. Sua constituição data de 1853.

⁶ A participação do capital platino nas charqueadas brasileiras se fez presente ainda no Brasil Central pecuário, onde argentinos e uruguaios passaram, a partir de 1873, a produzir não somente o charque, mas também o extrato e o caldo de carne que seria exportado para a Europa (MAMIGONIAN, 1986b).

⁷ O deslocamento de estabelecimentos saladeiris da região do Prata para o Rio Grande do Sul não cessou nos primeiros anos do século XX. Esse é caso de Pedro Irigoyen e Francisco Anaya, uruguaios de Montevidéu, que resolveram instalar seu estabelecimento em Livramento em 1902. A instalação no Brasil decorria do fato do Brasil ser, juntamente com Cuba, o maior mercado para o Charque, e por causa da entrada de frigoríficos

(frigorífica Uruguaya, 1902) na região Platina, o que prenunciava uma nova etapa para a industrialização da carne (ALBORNOZ, 2000).

⁸ Em 1861, capitais ingleses introduziram na região do Prata o processo de conservação da carne, com a implantação de indústrias no Uruguai (Frey Bentos e Colón) e na Argentina (Entre Rios e Santa Fé). Em 1866, a unidade de Frey Bentos foi vendida a Liebig's Extract of Meat Company limited (PENSAVENTO, 1986).

⁹ Em 1875, essa empresa foi adquirida por Irineu F. de Souza e Silva, que passou a diversificar sua produção (féculas de batatas, biscoito de extrato de carne, massa para sopa, etc.). Esses investimentos realizados no Rio Grande do Sul demonstram que a origem da indústria de beneficiamento de carne no Brasil não surgiu no fim do século XIX, como sugere Suzigan (1986), e não está associado a capitais ingleses e americanos com o objetivo de atendimento do mercado externo, conforme afirma Campos (1994).

¹⁰ A instalação da Armour, em Livramento, deu-se a partir da aquisição da charquada Anaya-Irigoyen. Dentre os vários fatores que levaram à implantação do frigorífico Armour nessa cidade, destacam-se: (1) gado adaptado à produção de carne refrigerada, já que os estancieiros santanenses usavam sua proximidade com o Uruguai para importar e contrabandear gado europeu, visando ao cruzamento com o gado crioulo e (2) Livramento (divisa com Rivera) estava ligada a Montevideú por trem, que se ligava ao Porto (ALBORNOZ, 2000).

¹¹ Cabe destacar que no início dos anos 20, em decorrência da crise pecuarista, os três frigoríficos brasileiros que atuavam nas exportações de carnes foram comprados pelo frigorífico Anglo. Assim, praticamente toda a capacidade de produção dos maiores frigoríficos estava sob o controle do capital estrangeiro (SUZIGAN, 1986).

¹² No Rio Grande do Sul, as exportações decaíram de 25.176 toneladas para 21.512 em 1922, conforme Fonseca (1983).

¹³ Atílio Fontana migrou para o oeste catarinense em 1921 e, após ter trabalhado como empregado na casa comercial de Casimiro Tisian, adquire, em 1923, um hotel. Em 1925, o pequeno hotel é transformado em casa comercial. Como comerciante despachava alfafa para os regimentos do Exército (Pernambuco, Rio de Janeiro, Curitiba, Mato Grosso, etc.) e suínos vivos para São Paulo.

¹⁴ Cabe destacar que as crises do comércio internacional (1920-21, 1925-26 e 1930-31) já haviam promovido uma alteração e um reordenamento na oferta de carne no Brasil quando os frigoríficos multinacionais provocaram a desnacionalização dessa atividade (MAMIGONIAN, 1976b).

¹⁵ O sistema de integração foi implantado em Concórdia, a partir dos anos 50, pela empresa Sadia, e disseminado para outras áreas do território catarinense pela Secretaria da Agricultura, ACARESC, Associações Rurais e agroindústrias.

¹⁶ Tanto Singer (1968), como Castro (1980), entre outros, destacam a importância dos mercados do Sudeste para a pequena produção mercantil alemã e italiana do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Bibliografia verificar ABNT

BENITEZ, Miguel, G. *Brasil central Pecúário Interesses e Conflitos*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BERNARDES, Nilo. Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul. In: *Boletim Geográfico*, nº 102, ano IX, CNG, 1951.

BOSSLE, O. P. *A Industrialização de Santa Catarina; um estudo de história econômica regional (1888-1945)*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1985.

CAMPOS, Renato R. *Tecnologia e Concorrência na Indústria Brasileira de Carnes na década de oitenta*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1994.

CASTRO, A.B. *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

CASTRO, A. B. & SOUZA, F. E. P. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CEAG-SC. *Diagnóstico da Indústria de Frigorificação de Carnes e Derivados de Santa Catarina*. Florianópolis, 1975.

CHANDLER Jr. A. *The Visible Hand*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977.

_____. *Scale and Scope*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: *Boletim Geográfico ano XXII*, n 179 mar/abr CNG/IBGE, 1964.

ESPÍNDOLA, C.J. *As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*, Chapecó: Grifos, 1999.

_____. *As Agrorindustriais de carne do Sul do Brasil*. Tese de doutorado, USP, 2002

FONSECA, P.C.D. *RS: Economia & conflitos políticos na república velha*, 1983.

FONTANA, Attilio F.X. *História da Minha Vida*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LÊNIN, V.I. *Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas*. Vitória: Obras escolhidas, 1955.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. In: *Revista Brasileira de Geografia*, nº 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. O Processo de Industrialização em São Paulo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50. São Paulo: AGB, 1976a.

_____. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central Pecuário. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 51. São Paulo: AGB, 1976b.

_____. Indústria. In: *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis, GAPLAN, 1986a.

_____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina in *O Mundo que o português criou: Brasil século XVI*, ANDRADE, Manuel C. et al. (Org). Recife: CNPq: FJN, 1997.

MARQUES, A. da Fontoura. *Evolução das charqueadas rio-grandense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MARTINS, J. S. *Conde Matarazzo o empresário e a empresa*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

MARX, K. *O Capital*, v. II, Livro 2 São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. Geomorfologia. In: *Geografia do Brasil - A Grande Região Sul*. T I, v. IV, Org. Delnilda Martinez Cataldo, Rio de Janeiro: FIBGE/CNG, 1963.

PELUZO JR., Victor. A fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim. In: *Boletim Geográfico*, nº 72. Florianópolis: CNG, 1949.

PEREIRA, Raquel, M. F. do A. *A geografia e as bases da formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de I. Rangel*. Tese de doutoramento, USP, FFLVH/USP, São Paulo, 1997.

RANGEL, I.M. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
_____. Questão Agrária e Agricultura. In: *Encontros com a civilização Brasileira*. Rio de Janeiro nº 7, 1979.

_____. *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*. São Paulo: Bienal, 1990.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: GLOBO, 1962.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHILLING, Paulo, R. *Crise Econômica no Rio Grande do Sul Porto Alegre*: Difusão de Cultura Técnica Ltda., 1961.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SUZIGAN, W. A política Industrial Brasileira após uma década de estagnação. In: *Economia e Sociedade*. nº 1 Campinas Unicamp, 1992.

SUZIGAN, Wilson. *A Indústria Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIEIRA, Maria G. E. D. *Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1992.

WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia ano 50*, número especial, IBGE, 1988.

